

ATA Nº. 12

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 17-06-2019
--

--- No dia dezassete de junho de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

---Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

---Em representação do **Partido Socialista**: -----

---Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Carlos Belo Duarte Alfaia, Fernando Jorge Vieira Maurício, António Manuel dos Santos Rodrigues e João Fernando Jesus Pimenta Coelho. -----

---Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

---António José Maia Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Carlos Alberto Alves da Silva, Maria João Gil dos Santos Grácio, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula Matos Vieira da Cruz.-----

---Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

--- Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos.-----

---Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

---António Silvino da Costa Ferreira -----

---Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

--- Rosa Teresa Alexandre Teixeira.-----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

---Rui Cardoso Maurício. -----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

---Ezequiel Soares Estrada. -----

--- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Jaime Manuel Gonçalves Ramos, Kelly Patrícia Carvalho Rodrigues da Silva e Henrique dos Reis Leal.-----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse a João Fernando Jesus Pimenta Coelho, convocado para substituir o deputado Mário André Balsa Gonçalves, que justificou a sua impossibilidade em estar presente nesta Sessão.-----

-- Também a deputada Liliana Patrícia Gomes Rodrigues informou da sua impossibilidade em comparecer, tendo sido substituída por António Manuel dos Santos Rodrigues, cujo ato de posse foi dispensado nesta Sessão, por ter sido já empossado em Sessão anterior do presente mandato.-----

---Continuando, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que, tendo em conta os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas

intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis. -----

---Pedi ainda que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas, com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata.-----

--- Os trabalhos tiveram início com a **aprovação da ata número onze**, relativa à Sessão Ordinária de 29 de abril de 2019, que foi aprovada por unanimidade, tendo participado na votação todos os senhores deputados presentes naquela sessão. -----

--- De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Martins (PS)**, que leu o seguinte **Voto de Pesar**: -----

*“A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal vem por este meio apresentar um voto de pesar e propor um minuto de silêncio pelo falecimento do Ex. Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, Manuel Fanha Vieira.-----
Manuel Fanha Vieira foi um cidadão de reconhecidos méritos no desenvolvimento da nossa comunidade. O esforço que sempre colocou ao serviço das causas públicas, quer na CME, onde desempenhou o cargo de Presidente entre 1982 e 1985, quer na Santa Casa da Misericórdia, deve perdurar na memória coletiva como exemplo de determinação, comprometimento e modernidade.-----*

Expressamos ainda o nosso profundo agradecimento pelo contributo que o ex presidente deu na construção do nosso Concelho e da nossa sociedade. Esperando que esta Assembleia, enquanto um todo, se associe a esta manifestação pública de agradecimento e reconhecimento.”-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE VOTO DE PESAR DO PS:-----

--- Colocada a votação a Proposta do Voto de Pesar apresentado pelo PS, foi a mesma aprovada por unanimidade com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Seguidamente a Assembleia Municipal cumpriu um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Manuel Fanha Vieira.-----

--- **Manuel Faria (PSD)** apresentou também a seguinte Proposta de **Voto de Louvor**: -

“Voto de Louvor às Associações do Concelho do Entroncamento: Formalmente, as Associações são organizações jurídicas de pessoas pertencentes a uma localidade específica que procuram realizar objetivos comuns. A sua constituição parte sempre dos mais nobres valores humanos, do elevado voluntarismo, das múltiplas necessidades e propósitos de vida e dos vários objetivos que pretendem atingir.-----

As mais diversas Associações são também um auxílio fundamental à efetivação de muitos dos direitos consagrados na nossa Constituição. Por outro lado, uma sociedade democrática não pode prescindir da participação popular nos assuntos de interesse da comunidade.-----

O Entroncamento é hoje um dos melhores exemplos do sentido e movimento comunitário das Associações, dos princípios da sua constituição e funcionamento, e dos resultados efetivamente alcançados por estas.-----

A dedicação e profissionalismo de dirigentes, membros e de todos os que de alguma forma colaboram direta ou indiretamente nas nossas Associações são, na sua maioria, verdadeiros modelos de humanidade, civismo e comunitarismo.-----

Ao longo dos anos, foi possível assistirmos a uma significativa evolução e atividade das nossas Associações, sendo hoje um importante pilar da sociedade civil e da democracia

participativa, dando contributos de valor intangível para a nossa cidade a vários níveis, nomeadamente para:-----

. O desenvolvimento social, cultural, artístico, desportivo, educacional, solidário e recreativo do Concelho.-----

. O desenvolvimento de valores humanos e comunitários e a sua passagem de geração em geração.-----

. A mobilização e participação dos habitantes e de todas as entidades e agentes que atuam na nossa cidade.-----

. A promoção ativa da inclusão, o apoio e defesa dos mais vulneráveis, a promoção da igualdade no acesso a oportunidades, a atividades e recursos.-----

. A promoção do conhecimento.-----

. A promoção da “Família”.-----

. O desporto, a melhoria da saúde e bem-estar.-----

. A notoriedade e projeção nacional e internacional da cidade do Entroncamento.-----

. A fixação de pessoas na cidade.-----

. A dinamização de eventos, de visitantes à cidade e do turismo.-----

. O desenvolvimento da economia local.-----

. A manutenção e preservação da história e das principais memórias da nossa cidade.-----

Os resultados desportivos fantásticos dos nossos atletas em várias modalidades, o trabalho e notoriedade dos nossos cidadãos em várias atividades culturais, artísticas, profissionais, sociais, recreativas e outras são fruto desse contributo inquestionável das nossas Associações.-----

Mas é por quererem sempre mais e melhor para aqueles a quem se dedicam e destinam, e por lutarem muitas vezes contra fortes constrangimentos sem nunca desistir, que as Associações do nosso concelho são, também, um exemplo de força, de união e de resiliência.-----

Hoje, as nossas Associações e os nossos municípios são dos órgãos e agentes mais importantes e determinantes de dinamização de vida na cidade do Entroncamento. É por isso nossa responsabilidade, e até dever, reconhecer e louvar todo o trabalho desenvolvido pelas Associações da Cidade do Entroncamento, e nesse sentido, propomos que: -----

1. A Assembleia Municipal do Entroncamento, na sua Sessão Ordinária de 17 de junho, aprove um voto de louvor a todas as Associações do nosso Concelho;-----

2. O Município crie e disponibilize nas Festas da Cidade e de São João um cartaz de agradecimento público ao trabalho realizado pelas Associações;-----

3. O Executivo melhore o acompanhamento das necessidades e desafios das nossas Associações, bem como o reforço do apoio às mesmas.”-----

Relativamente a esta Proposta foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Ferreira (CDU)**: começou por manifestar apoio à moção apresentada, lamentando que as mesmas tenham, muitas vezes, que desempenhar funções que são obrigação do Estado. -----

--- **Carlos Matias (BE)**: manifestou alguma perplexidade por vir do PSD a manifestação de apoio às associações, depois de ter instituído o PAEL, o que implicou o maior corte no apoio às associações, situação ainda não revertida pelo PS. No entanto, reconhecendo também o mérito das associações, informou da disponibilidade da sua bancada para votar a favor da moção. -----

--- **Rosa Teixeira (CDS)**: considerou tratar-se de uma proposta sobretudo populista e com objetivos de dizer que o partido A é mais amigo das associações que o partido B, não se

revendo na forma e na oportunidade da mesma, embora concordando com o conteúdo. Referiu que as associações são fundamentais para promover vários fatores essenciais à vida das populações. Algumas delas com ações sociais de valores inestimáveis. Concluiu, informando que votará a favor, mesmo achando que é uma proposta populista e com um sentido de oportunidade bastante agradável para fins eleitorais.-----

--- **Manuel Martins (PS)**: começou por esclarecer que a sua bancada nada terá a opor ao conteúdo geral do documento, sublinhando o empenhamento do executivo no apoio a todas as associações do município, independentemente da sua natureza. Considerou o papel das associações para o bem-estar da população, destacou a relevante colaboração e interação recíproca com o município, as quais, por opção ou por falta de meios, por vezes, chegam a substituir a autarquia. Destacou o facto de ter sido este executivo a criar um regulamento de apoio às associações e organismos, de forma a tornar mais transparente os apoios concedidos, recordando como o anterior executivo do PSD tratava de forma diferente as diversas associações, dando o exemplo de associações que pagavam pela utilização de instalações municipais e outras que nada pagavam. Considerou ainda que o município só não apoia mais associações porque, de facto, não o pode fazer por falta de meios. Manifestou ainda a sua concordância com as intervenções dos senhores deputados da CDU e BE, quando afirmaram que o PAEL pouco serviu o município, não reconhecendo qualquer interesse no ponto da moção que prevê a colocação de um painel de apoio às associações no recinto das festas, valorizando a adoção de uma política de rigor que impeça que, no futuro, voltem a ser necessárias medidas penalizadoras do apoio às associações. Concluiu, declarando que a sua bancada apoiará a moção, apenas no ponto um e que, caso não sejam retirados os pontos dois e três, votarão contra a proposta. -----

---**Manuel Faria (PSD)**: em resposta ao sentido de voto apresentado pelo deputado Manuel Martins (PS), declarou não querer proceder a uma análise política mas apenas manifestar o apoio às associações pelo que declarou que a sua bancada aceita a retirada dos pontos dois e três que constam da moção. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR DO PSD-----

--- Colocado à votação, apenas o ponto um da Proposta do Voto de Louvor apresentada pelo PSD, foi a mesma aprovada por unanimidade com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

---- Por **Fátima Roldão (BE)** foi também apresentada a seguinte **Proposta de Recomendação**:-----

“A elevada abstenção em actos eleitorais, nomeadamente por parte das gerações mais jovens, ficou visível nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, em que se chegou perto dos 70 %.-----

As razões porque tal acontece serão múltiplas e diversas serão, com certeza, as abordagens com vista a estimular e cativar os jovens para a vida cívica e política.-----

No nosso concelho, cuja estrutura demográfica regista uma elevada percentagem de jovens, tais iniciativas tornam-se especialmente prementes. Experiências bem-sucedidas noutros concelhos podem, naturalmente, constituir referências. É o caso da constituição de Assembleias Municipais Jovens.-----

A Assembleia Municipal Jovem é um espaço de debate e reflexão de assuntos de interesse cívico e político, dando voz às suas ideias e opiniões sobre os problemas locais e as suas inquietações enquanto jovens munícipes, procurando, em conjunto, refletir sobre soluções e formas de gestão dos assuntos da vida comunitária.-----

Dessa forma, pretende-se que os jovens interiorizem os valores democráticos da participação política ativa, permitindo-lhe o desenvolvimento de competências de expressão, argumentação na defesa de ideias, de resolução de problemas da vida social, de promoção de valores como a tolerância, o sentido de justiça e a solidariedade.-----

As sessões, com periodicidade a definir em Regulamento próprio, destinar-se-ão a alunos dos diferentes níveis de ensino, a definir por escalões de idades. Consistem em debates entre os delegados de turma ou outro representante designado pelas turmas, sobre temas específicos definidos previamente, com a participação e presença dos líderes das bancadas da Assembleia Municipal e o Presidente da Assembleia.-----

Estas Assembleias poderão decorrer em duas fases distintas, correspondendo a primeira fase à eleição dos representantes, debate e preparação dos assuntos em ambiente escolar, e a segunda fase a sessão da Assembleia propriamente dita no Salão Nobre da Câmara Municipal.-----

Visa-se, desta forma, uma maior ligação entre os órgãos autárquicos e as escolas, promovendo a cidadania e a cooperação mútua, bem como os bons valores da participação democrática, dos direitos humanos, do bem comum e da liberdade criativa.-----

Por estas razões, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 17 de junho de 2019, recomenda à Mesa a promoção de um processo constitutivo de uma Assembleia Municipal Jovem, no Entroncamento.”-----

--- Relativamente a esta Proposta foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Rosa Teixeira (CDS):** manifestou o seu apoio a tudo o que promova a vinda das pessoas para as decisões públicas, sendo favorável à proposta. Existindo já um conselho municipal da Juventude, que ainda embrionário, acreditam que seja por aqui que esta assembleia jovem se deva desenvolver. Considerou necessário que os jovens venham para as decisões mas também que as nossas ações façam com que eles queiram vir, que os adultos façam uma política pela positiva e não se deixem levar pela politiquice e pelo populismo.-----

--- **Carlos Silva (PSD):** começou por considerar tratar-se, na génese, de uma boa ideia. No entanto, chamou a atenção para um conjunto de problemas, tais como: sobre põe-se a um projeto nacional já a ser desenvolvido em todas as escolas, o «parlamento jovem», promovido pelo Ministério da Educação, com os mesmos objetivos e organização dos referidos debates na proposta, o que implicará uma sobreposição; por outro lado, questionou sobre quem dinamizaria o projeto nas escolas, rejeitando que tal trabalho caiba aos professores, sugerindo que a organização compita a quem faz a proposta, podendo contar com o apoio de alguns professores, mas apenas por sua iniciativa particular, nunca podendo ser esta uma atividade imposta aos professores; de seguida, questionou a bancada do BE, se alguém teria previamente contactado a direção do agrupamento, para saber do acolhimento ou não da proposta, uma vez que, mesmo que a mesma seja aprovada pela assembleia municipal, poderá vir a ser, posteriormente, rejeitada pelo conselho pedagógico do agrupamento; -----

--- **António Ferreira (CDU):** começou a sua intervenção distinguindo o conselho municipal da juventude de uma Assembleia Municipal da juventude; embora não se trate de uma ideia nova, a qual já foi implementada em outros concelhos, disse concordar com a mesma. No entanto, salientou que tal só será possível se houver uma colaboração estreita ente o município e as escolas, implicando quer os professores quer os pais, condições que teriam que ser criadas. -----

--- **Ricardo Antunes (PS):** na sua intervenção disse considerar a proposta de recomendação entre extemporânea e demagógica, uma vez que o executivo já promoveu mecanismos para a participação dos jovens, dando como exemplos o orçamento participativo jovem, o

conselho municipal da juventude, com ampla representatividade dos jovens, lamentando o facto de o BE não ter indicado ninguém para estar presente na última reunião do conselho municipal da juventude. Acrescentou ainda outras iniciativas do município para a juventude como, por exemplo, a iniciativa havida recentemente, designada «políticos de palmo e meio», em que, nos lugares dos deputados municipais estiveram crianças do primeiro ciclo a questionar o Presidente, tendo mesmo apresentado propostas muito pertinentes. Concluiu, sugerindo ao BE que passasse a incluir jovens nas suas listas à assembleia municipal. -----

--- **Carlos Matias (BE)**: em resposta às críticas apresentadas, começou por exclamar «parece que a ideia é muito boa desde que não se faça!». Relativamente à questão da sobreposição de projetos, recordou que a Assembleia da República e a Assembleia Municipal são espaços diferentes, sendo diferente chamar a atenção dos jovens para os problemas nacionais de chamar a sua atenção para os problemas locais. Por outro lado, a propósito da ideia segundo a qual a implementação dos projetos caberia a quem os propõe, lamentou tal pressuposto uma vez que o mesmo limitaria a ação deliberativa e fiscalizadora da Assembleia Municipal, a qual sempre que aprova uma obra teria que, de seguida, «pegar na pá e na picareta». Quanto à ideia de que a direção do agrupamento poderia não aprovar e implementar o projeto, nesse caso, o mesmo não se concretizaria, reconhecendo, no entanto, haver ainda professores que queiram participar. Por outro lado, afirmou não entender qual a diferença entre a vinda dos jovens à Assembleia Municipal falar com o senhor Presidente da Câmara, por iniciativa da Câmara ou por iniciativa da Assembleia. Concluiu, considerando de profundo sectarismo as observações feitas contra a proposta de recomendação, as quais não terão indicado nenhum argumento substantivo. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA-----

--- A Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda foi rejeitada por maioria, com dez votos contra do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, uma abstenção do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- **Ricardo Antunes** apresentou a seguinte declaração de voto do Partido Socialista:-----
“À bancada do PS parece extemporânea a proposta do BE, de criação de mais um órgão de participação dos jovens por existirem já várias iniciativas para alcançar este fim: o orçamento participativo jovem, para que os jovens dos 114 aos 30 anos possam colocar propostas e decidir, com recurso ao voto, qual a opção que deve ser implementada. Esta é uma forma também de os chamar à responsabilidade de gerir os dinheiros públicos e de priorizar os investimentos. Existe também o conselho municipal da juventude, onde estão representados todos os partidos políticos com assento nesta Assembleia, tendo apenas faltado o representante do partido que agora apresentou esta proposta. A sobreposição reforça-se, mais uma vez, com a iniciativa «políticos de palmo e meio» que em muito se assemelha ao que é aqui proposto e que abrange as crianças do primeiro ciclo da nossa cidade. Mais uma vez, o PS gostaria que o interesse do BE na participação dos jovens se refletisse também quando apresentam as suas propostas e projetos autárquicos, incluindo jovens nas suas listas”. -----

--- Ainda no âmbito do PAOD, registaram-se as seguintes intervenções:-----

--- **António Mascarenhas (PSD)**: “De 17 a 22 de maio decorreu o evento “Entroncamento em Flôr”. Esta festa incluiu outras atividades culturais e recreativas. O propósito principal era alegrar a cidade com decorações de motivos florais no período primaveril. A minha opinião é de que a ideia é boa e deve continuar. No entanto é necessário reforçar os motivos

naturais a utilizar e acentuo naturais, com ações de limpeza e arranjos de jardins, parques, canteiros e ruas por toda a cidade para que, chegados às Festas de S. João, o embelezamento esteja no auge. Recomendo assim uma aposta maior neste evento para que tenha impacto na região e represente a nossa boa relação com o ambiente.”-----

--- **António Ferreira (CDU)**: na sequência da declaração anterior, começou a sua intervenção, destacando o facto de estar a desaparecer a utilização das flores em plástico, dando como aspeto positivo a colocação de flores naturais. De seguida, focou o problema da falta de trabalhadores na EMEF, tendo recordado informações dadas há tempos atrás que iam em sentido contrário, não se perspetivando sequer a substituição dos que se estão a reformar, perdendo-se a cultura ferroviária, o saber fazer que os mais velhos iam transmitindo aos mais novos. Este problema, do seu ponto de vista, é agravado pela política de baixos salários praticada pela empresa, o que dificulta a contratação de novos trabalhadores. Colocou ainda a questão do material circulante (17% a 18%) que está parado, não havendo condições de reparação. Destacou também como preocupante para o Entroncamento, a questão dos vagões, os quais foram comprados pela empresa MedWay, a qual prevê a criação de um ponto de reparação de vagões no Entroncamento, o que muitos considerarão inviável, uma vez que tudo aponta para que tal investimento se faça mais perto de Sines, tudo apontando, assim, para a desvalorização do Entroncamento. Concluiu a sua intervenção, apelando a que esta questão da EMEF seja discutida por todas as forças políticas do Entroncamento. Quis ainda chamar a atenção para a questão dos correios pois embora dispondo de uma estação de correios, a correspondência aqui entregue nem sempre segue para o destinatário indicado, recordando haver freguesias a gastar dinheiro servindo a empresa para benefício dos seus acionistas, destacando o mau serviço que a empresa vem prestando a nível nacional e propondo que a empresa volte para as mãos do Estado, quando a empresa funcionava bem e até tinha lucro. -----

--- **Rosa Teixeira (CDS)**: colocou as seguintes questões: “*No seguimento da nossa proposta feita em setembro de 2018, antes de começar as nossas festas, queremos frisar que a FNA (Feira Agricultura de Santarém) usou o sistema por nós proposto de copos reutilizáveis e que não houve qualquer problema com essa utilização e foi uma medida com um retorno ecológico positivo. A nossa cidade continua a ver o plástico nas festas, mesmo com a medida de entrega de 10 copos. É de lamentar que fiquemos mais uma vez para trás no âmbito ambiental.*-----

Ainda na questão ambiental, qual é o pensamento do executivo em relação à recolha de resíduos porta a porta? Sabemos que os estudos apontam para uma maior separação do lixo quando isto acontece. Qual a vossa posição e se já há algum estudo para isso na nossa cidade. Temos bastantes características que podem ajudar a isso.-----

Já que falamos na recolha de resíduos, está ou não o município a pensar transferir a recolha de resíduos para a RSTJ/Resitejo? Sabemos que é algo que está no horizonte. O que se irá fazer com os trabalhadores, que condições, pode nos esclarecer?-----
Quanto ao Wc taxistas, sei que os taxistas foram ocultados, qual o ponto da situação?----

--- **António Ferreira (CDU)**: tomou ainda a palavra para perguntar ao senhor Presidente da Câmara sobre os motivos da existência de tantos fogos na área do restaurante Churrascão e quais os motivos para se incendiar com frequência. -----

--- **Ricardo Antunes (PS)**: interveio para manifestar o agrado pela posição do PSD sobre a festa «Entroncamento em Flor», destacando o propósito da vontade de ir melhorando o evento com o contributo de todos, incluindo-se contributos de todas as bancadas. Recordou que, segundo os restaurantes envolvidos, a semana gastronómica constituiu um verdadeiro

sucesso, tendo sublinhado a importância de destacar também o papel dos comerciantes da cidade. No que respeita às questões colocadas sobre a EMEF, explicou que os atuais problemas resultarão da privatização dos serviços, referindo que as políticas salariais, embora não sendo as desejáveis, não serão das piores, sendo o maior problema a oferta de mão de obra qualificada, recordando que o PS tem procurado atrair para o concelho a perdida tradição metalomecânica pesada, quer por via dos cursos técnicos superiores quer pelos cursos profissionais. No que respeita à recolha de resíduos porta a porta, a mesma é feita dois dias por semana, lamentando-se a falta de civismo de alguns cidadãos, designadamente alguns comerciantes que persistem em não respeitar as normas estabelecidas, não utilizando corretamente as infraestruturas. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não houve intervenção de público nesta Sessão.-----

ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM-----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

---Foram feitas as seguintes intervenções:-----

-- **Fernando Barroso (PSD):** “1 - Congratulamo-nos com a conclusão do restauro e reformulação do mercado e seus espaços adjacentes. Trata-se de facto de uma melhoria conseguida!-----

2- Congratulamo-nos também sobre a próxima conclusão das obras no Cine S. João esperando que a sua conclusão satisfaça a expectativa de um bom resultado conseguido nas melhorias previstas, ao mesmo tempo que esperamos conhecer, no curto prazo, uma bem elaborada agenda cultural e recreativa!-----

3 -Apreciando agora o documento de 62 páginas do Sr. Presidente da Câmara, destacando as “atividades mais relevantes” direi que a forma comparações torna quase impossível analisar e concluir se existem melhorias contínuas ...?!-----

4- FORMAÇÃO se existe não se vislumbra, o que se lamenta.-----

5- A referencia ao “Entroncamento em Flor” resumida em apenas 3 linhas, parece demonstrar que o fracasso se torna evidente, pois não se vislumbram quais as expetativas e objetivos nesse evento!-----

Do mesmo modo se aprecia o que de relevante foi realizado ou menos conseguido enquanto se preconiza um mandato centrado no slogan “Cidade para as Pessoas”! Senão vejamos:-----

6- Zonas Verdes-----

As entradas na cidade, quer nas bermas das estradas quer nas rotundas, o aspeto mal cuidado, com ervas enormes, o verde virou amarelo, feio demais para que não haja mais cuidado e que seja mais agradável!-----

Ao longo de quase toda a cidade, onde há espaço ajardinado, a erva se destaca nas bermas dos passeios e junto às fachadas dos prédios!-----

Como seria interessante que cada proprietário ou morador, voluntariamente, cuidasse de seu espaço, mas isso nos levaria a uma abordagem mais profunda para ser realizável!-----

6.1- No Bonito, a rede continua estragada, necessitando de ser emendada e fixada. A situação é ainda mais grave na zona virada a norte junto ao portão e na zona onde cortaram um carvalho!-----

6.2- No caso concreto da Galharda, após mensagem enviada reclamando e solicitando intervenção para limpeza, corte de ervas e até melhoria no espaço degradado do antigo

parque infantil, surgiu uma resposta evasiva da CME, com a justificativa de que a situação estaria afetada “devido às condições atmosféricas dos últimos meses !?” enquanto de seguida aconteceu afinal uma intervenção que cortou ervas e limpou a área, como deverá ser uma rotina que não tem acontecido!-----

Coincidência ou não, felicitámos a intervenção surgida, porém não me parece resultar de uma forma bem gerida, com intervenções regulares, pois enquanto a rua Padre Martinho Mourão ficou limpa no outro lado, na rua Francisco Corujo as ervas ali permanecem!-----

A limpeza deve naturalmente ser planeada e não por reclamação do cidadão como parece ter sido o caso!-----

7- Permitam-me uma confissão a propósito da Qualidade de Vida e Melhoria Contínua: Creio que as pessoas têm direito a viver onde é agradável viver, onde as anomalias não persistem de forma duradoura ou definitiva, ainda ambiciono ser viável uma cidade onde o que consideramos inconveniente rapidamente está solucionado!-----

8- Estou aqui com muita honra por fazer parte de um mandato com um grupo de pessoas que apenas pretende servir a cidade, estou tranquilo e empenhado como só sei estar, mas é o primeiro exercício e naturalmente será o ultimo!-----

Saltando a apreciação para a área das:-----

9- Estradas /Pavimentos e Passadeiras-----

A obra da renovação das redes de água que se aplaude, a par da simultânea obra da EDP, teria com certeza uma forma muito mais cuidada de se efetivar, minimizando os óbvios e previstos incómodos!-----

No contrato deveria e deverá ser isso acautelado, de forma a garantir evitar buracos, lama e poeiras!-----

Ao longo de demasiado tempo esses incómodos, resultantes de obras que se sabiam antecipadamente, de duração longa, não serão admissíveis numa cidade no século XXI! Deveria e deverá pavimentar-se provisoriamente com material adequado a essa situação, logo após a escavação assim como a renovação definitiva do pavimento deverá ter início pouco tempo após a colocação de novas condutas, em vez de tanto tempo com incómodos de várias ordens. Maiores custos!? Tudo é negociável em favor dos habitantes! Possível? Com certeza é só avaliar! Porque há sempre uma forma de fazer melhor as coisas!-----

9.1-Permitam-se alguma analogia que suporta o meu entendimento:-----

A AR legislou a aplicação de multas a quem atirar com as beatas para o chão! Até os fumadores concordarão, mas questiono? E agora existem condições nas vias públicas para depositar essas ditas beatas? Já para não recordar a justa decisão de reduzir o custo dos passes sociais enquanto não há capacidade para transportar o acréscimo de utentes...!?!-----

10- As PASSADEIRAS de peões não têm as marcações visíveis o que aumenta riscos de acidentes!-----

11- Os passeios e calçadas, em vários pontos da cidade, necessitam dum plano para reparação e até de substituição gradual, para minimizar os riscos evidentes, particularmente para pessoas com menor mobilidade.-----

12- As CICLOVIAS necessitam de melhoria e restauro na pintura dos pisos e essencialmente em questões de segurança deverão sinalizar os locais de aproximação às estradas e vice-versa.-----

13- Depósito da água (Altinho): Do local de onde vem o abastecimento de água à cidade, aquele mau aspeto do depósito é inaceitável! Em qualquer vila ou cidade encontramos

lá no alto um tal depósito bem branco e de aspeto cuidado!-----
14- Por fim acrescentarei ainda, agora num plano mais ambicioso e até atrevido do ponto de vista pessoal, a lançar um desafio ao Sr. Presidente da CME, assumindo o risco de ser considerado utópico ou exibicionista, que suportado pela minha experiencia de vida e profissional, acredito ser porventura aplicável nos serviços da autarquia: Acredito imenso no êxito que resulta duma gestão participada, de envolvimento, que promova a valorização do mérito e sua premiação, obtendo assim melhores resultados e do mesmo modo conseguir mais funcionários motivados e mais empenhados na função.-----
Simples! Promover, incentivar os colaboradores de forma organizada a apresentar SUGESTÕES para melhoria da tarefa que desempenham! Ouvir e aproveitar as sugestões e avaliar a sua aplicação!-----

14.1 - Um bom exemplo, que gostaria de apenas ser entendido como tal:-----
Como utente do Hospital de Loures, ao dirigir-me para um exame, tive uma dificuldade imensa de lá chegar! Incrivelmente, não existiam sinais indicativos na estrada desde a A9 (Crel) seguindo na EN252 na direção de Loures e nada de sinais! Então enviei email para a Assembleia Municipal de Loures. Não responderam, mas atuaram! Passados alguns meses ali voltei ao hospital para nova consulta e para minha satisfação ali estava, em todos os cruzamentos, o sinal de direção do HOSPITAL!-----

15-Em conclusão final “Cidade para as Pessoas” também engloba naturalmente os seus diretos colaboradores que fazem acontecer no dia a dia tudo o que os habitantes desfrutam! Aproveitemos as suas ideias, motivando que elas surjam!”-----

--- **Fátima Roldão (BE)**: interveio para recomendar ao senhor Presidente da Câmara para que passasse a incluir uma nova secção dedicada à juventude, uma vez que, dizendo haver tantas iniciativas associadas aos jovens, não existem nas 62 páginas do relatório de atividades nenhuma referência a tais iniciativas e projetos. -----

--- **Rosa Teixeira (CDS)**: solicitou a palavra para pedir informações relativamente aos seguintes processos judiciais: N.º 390/19, N.º 450/19 e N.º 623/19, ambos do tribunal de Leiria, ou seja, qual o seu objeto em concreto. Quis ainda esclarecer a questão que colocara antes, sobre a recolha de lixo porta a porta, explicando que se referia às habitações e não ao comércio, dando exemplos de algumas cidades em que se procedia desse modo.-----

--- **Carlos Alfaia (PS)**: interveio para declarar o seguinte: -----
“O Partido Socialista quer congratular-se com a conclusão das obras de requalificação do Mercado Municipal.-----

De um espaço degradado e sem condições, quer para comerciantes quer para clientes, temos hoje um equipamento moderno e funcional que cumpre todos os requisitos de higiene e segurança.-----

Para além da sua função essencial: venda diária de produtos frescos, ficou aquele equipamento dotado de uma valência de restauração, o que permite a sua utilização durante a maior parte do dia e podemos afirmar que é um sucesso, dado que é já uma nova centralidade no nosso território.-----

Também em breve será concluída a obra de remodelação do cinema S. João.-----

Para a minha geração, aquele equipamento representa mais do que apenas um cinema.- Quando a televisão só tinha um canal a preto e branco e não havia internet aquela sala escura com imagens enormes e a cores, era realmente um espetáculo, pelo qual ansiávamos durante toda a semana.-----

Ver aquele espaço, que durante anos esteve praticamente ao abandono, renascer como

um equipamento moderno e adaptado ao século XXI é extremamente gratificante e dota a cidade de uma sala de espetáculos de grande dignidade.-----

E tudo isto, Sr. Presidente, reduzindo a dívida astronómica que cá foi deixada e não vou dizer nomes.-----

Redução essa que já vai em mais de 6 milhões de euros.-----

E tudo isto reduzindo o IMI para as famílias, não aumentando, e nalguns casos reduzindo, taxas e tarifas várias.-----

No fundo, Sr. Presidente, contas certas e gestão rigorosa.” -----

--- **Carlos Matias (BE):** quis questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a data de conclusão das obras do cineteatro S. João, uma vez que, pelas informações anteriormente prestadas, deveria estar concluído a 22 de junho, faltando assim 5 dias; não sendo assim, quis saber se haveria nova prorrogação do prazo. -----

--- **António Ferreira (CDU):** relativamente à intervenção do deputado Eduardo Barroso (PSD), questionou sobre o significado do termo «colaboradores» utilizado por várias vezes; seriam os trabalhadores? -----

--- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por responder ao deputado Carlos Matias (BE) sobre o prolongamento da obra do Cineteatro S. João. Efetivamente a data prevista para a sua conclusão é o dia 21 de junho, não sabendo, de momento, se irá haver algum pedido de prorrogação; no entanto, sublinhou, todos nos devemos regozijar com a conclusão da obra, tão importante para a cidade. Aproveitou a oportunidade para justificar o atraso antes verificado, o qual foi da responsabilidade da EDP, relativo à mudança do PT.-----

--- Agradeceu ao deputado Carlos Alfaia (PS) as suas palavras, reafirmando a vontade de assegurar contas certas e rigorosas, orgulhando-se de trabalhar em prol das pessoas e da cidade.-----

--- Respondendo à deputada Rosa Teixeira (CDS) o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que os processos em causa são de um autor comum, o munícipe João Pedro Matos Dâmaso, o qual decidiu contestar um investimento estruturante para a cidade, o Parque Empresarial, tendo explicado que o primeiro dos processos se encontra concluso, tendo o município sido notificado da sentença, segundo a qual não haveria sustentação na queixa apresentada. Quanto ao segundo processo, também o município foi informado pelo Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Leiria da sentença que indeferiu a providência cautelar requerida pelos autores. Ou seja, um conjunto de munícipes entenderam contestar o novo Parque Empresarial, equipamento estrutural para a cidade, invocando argumentos a que o município se opôs, acabando o tribunal por dar razão ao município ao indeferir a providência cautelar e o requerimento apresentado pelos autores para que não fosse aceite a deliberação camarária de reconhecer o empreendimento como sendo de utilidade municipal. Acrescentou que as pessoas que adquiriram os terrenos para habitação circundante já o fizeram no conhecimento deste pressuposto. O PDM já existe com esta designação desde o início, abrangendo área industrial, indústria ligeira, e as estruturas de logística da CP, REFER e IP já existem lá também há muitos mais anos, pelo que a razão esteve sempre do nosso lado, aguardando que o mesmo entendimento seja tido em conta relativamente ao processo número 623, ainda em curso, garantindo o empenhamento na defesa dos interesses da Câmara. E, ainda neste âmbito, recordou que um dos assuntos a deliberar nesta sessão da Assembleia Municipal, será a aprovação do Regulamento do Parque Empresarial; e sendo o mesmo aprovado, de imediato será iniciado um processo ativo de procura de empresas para o Parque, o qual considerou, em tudo, superior às duas fases da Zona Industrial, desejando que seja criado mais emprego, mais riqueza na cidade,

para que as pessoas tenham mais qualidade de vida.-----

---No que respeita à intervenção da senhora deputada Fátima Roldão (BE), embora não a tendo compreendido bem, realçou o facto de estar disponível para acolher todas as boas propostas, tendo mesmo convidado a senhora deputada a tomar parte em algumas das iniciativas em curso. Relativamente à proposta de uma assembleia local jovem, lamentou que o seu partido não se tenha envolvido nos projetos e atividades já implementadas para promover a participação dos jovens na vida política, social e cultural da cidade. -----

---Relativamente à intervenção do deputado Fernando Barroso (PSD), embora não concordando com tudo o que afirmou, começou por realçar como muito positivas algumas das suas declarações, como contributos sérios, reconhecendo a seriedade da sua intervenção, apreciação que estendeu também à intervenção do deputado António Mascarenhas (PSD) quando teceu considerações sobre a iniciativa «Entroncamento em Flor». Reconheceu também que a mesma poderá ainda ser melhorada, reafirmando o senhor Presidente da Câmara a certeza de que teremos todos o mesmo objetivo: a melhoria da qualidade de vida das pessoas da nossa cidade. Relativamente ao projeto «Entroncamento em Flor», destacou a participação no mesmo de doze restaurantes da cidade, os quais consideraram muito positiva a sua participação, a qual contribuiu para a sua melhor integração na vida da cidade. Reforçando o empenhamento na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, referiu que alguns dos aspetos referidos na supracitada intervenção já estão a ser melhorados, como por exemplo, o horário de verão dos trabalhadores dos jardins, para que possam desempenhar a sua atividade em momentos de menos calor, a preocupação com as condições de trabalho, o fardamento e os equipamentos individuais de proteção. Indicou ainda que, como componente transversal na avaliação de todos os funcionários se relaciona com a sua participação, com a apresentação de sugestões por parte de todos os funcionários para comunicar às chefias respetivas quaisquer situações anómalas nos espaços públicos de forma a que se corrijam. De seguida, informou sobre o processo de renovação do sistema de abastecimento, a decorrer, investimento que implicou grande esforço da parte do município, tendo reconhecido os inevitáveis incómodos causados aos residentes nas ruas onde decorrem as obras, embora se tenha sempre procurado minimizar o impacto na vida das pessoas, quer regando as zonas com mais poeira, quer condicionando, recentemente, o trânsito nessas ruas (reservado apenas aos moradores); esclareceu ainda que a Avenida das Forças Armadas está a começar a ser pavimentada, seguidamente será a Rua Antero de Quental, Rua do Casal do Grilo, Rua do Chafariz e toda aquela zona. Recordou que se trata de um investimento estrutural, para os próximos 40 ou 50 anos, o qual deverá ser implementado, segundo os técnicos, por secções, só devendo ser pavimentada uma secção depois de as condutas terem sido sujeitas a pressão. Explicou ainda que o depósito do Altinho, embora o projeto inicial considerasse a sua continuidade e reativação, pareceres técnicos posteriores consideraram-no um elemento desnecessário ao sistema de abastecimento, pelo que irá ser demolido. Após a grande intervenção que vai atravessar a cidade, irá ser feita a ligação do abastecimento de água ao Castelo de Bode, na zona da Barquinha para que o nosso sistema possa receber uma adução de água da Barquinha e vice-versa, em caso de necessidade.-----

--- Em resposta ao deputado António Ferreira (CDU) informou que irá ser construída uma nova oficina de manutenção ferroviária pela Medway, que integrará cerca de 100 trabalhadores. Entretanto, houve o arrendamento das oficinas pela EMEF à MedWay para reparação de vagões, quer para as máquinas. Acrescentou ainda que, dos 35 trabalhadores da EMEF todos tiveram a possibilidade de aderir ao projeto ou ficar na EMEF, tendo a

informação de que 32 trabalhadores irão permanecer na EMEF, não havendo qualquer restrição da CP em os acolher e colocar nas oficinas, sendo estes necessários aos novos projetos de manutenção a ser implementados no Entroncamento. Por outro lado, informou que os concursos que têm sido abertos pela empresa têm tido sempre interessados a candidatar-se e a manifestar interesse em trabalhar nestas empresas e a residir na cidade.-

--- Ainda em resposta à mesma deputada, no que concerne à recolha de resíduos, entendeu distinguir os resíduos porta a porta dos resíduos em baixa. Quanto aos resíduos em baixa, recordou que a constituição de uma entidade como a Resitejo constitui uma melhoria substancial na recolha e tratamento de resíduos da região, chamando a atenção para o facto de há vinte e cinco anos ter sido extinta a lixeira a céu aberto que servia o concelho. Considerou ser um processo em evolução, estando em estudo a possibilidade de a recolha de resíduos em baixa poder ser transferida para uma empresa intermunicipal, a RSTJ, que substitui a Resitejo. De qualquer modo, sublinhou, seja qual for a solução, os interesses da Câmara, dos trabalhadores e dos munícipes serão sempre salvaguardados. E quanto à recolha de resíduos porta a porta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que é um processo em fase experimental em algumas cidades, mas não faz muito sentido, pois teria que ser feito um investimento fortíssimo num sistema de recolha muito diferente e é um processo que exige muita educação cívica e muita disciplina por parte dos munícipes. -----

--- Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara convidou todos os presentes a comparecer nas Festas da Cidade que terão o seu início na próxima 6.ª feira dia 21 de junho, bem como a assistirem à cerimónia da assinatura do protocolo de Geminação com a cidade de Friedberg, que terá lugar no dia da cidade, 20 de junho.-----

--- De seguida, quis destacar a importância do parque empresarial, aguardando-se a aprovação do financiamento comunitário para um projeto de cento e cinquenta mil metros quadrados para instalação de empresas, área maior que as duas anteriores áreas industriais, espaço que foi negociado com as Infraestruturas de Portugal, apelando-se à divulgação do projeto junto de empresas eventualmente interessadas em se instalar no Entroncamento. -----

--- Passou depois a referir-se à evolução do projeto de recuperação do Bairro Camões, informando que o mesmo é já uma realidade em termos de projeto, ou seja, no âmbito das 32 habitações abrangidas, 16 foram já alvo de contratos de promessa de compra e venda. Irão ser efetuadas as escrituras de 16 ou 17 habitações já no início de julho, havendo 4 habitações em negociações e para as restantes continua a haver procura, concluindo que a recuperação do bairro Camões será uma realidade a curto prazo. Adiantou ainda estar-se já a trabalhar para a 2.ª fase do projeto, o Bairro da Vila Verde, bem como, em conjunto com a Fundação Museu Nacional Ferroviário, a trabalhar para a recuperação do Bairro do Boneco, para instalação do Centro Nacional de Documentação Ferroviária, cumprindo-se assim o grande objetivo da recuperação dos bairros ferroviários. Quanto ao Bairro Camões, acrescentou ainda ter já sido submetido um projeto de financiamento no âmbito dos Fundos Comunitários, o qual talvez não se concretize numa primeira fase, dado que estão já esgotadas as verbas atribuídas ao município, estando a diligenciar no sentido de se encontrarem parceiros para a recuperação das infraestruturas do bairro Camões. Quanto à Escola Camões recordou ter sido concessionada por 50 anos, decorrendo também um processo de procura de parceiros. Em nota final, informou ter recebido esta semana a visita de 12 investigadores portugueses e estrangeiros que estão a preparar um Congresso Ibérico da Ferrovia, o qual será realizado em 2020, sendo a sessão inaugural no Entroncamento, os quais também darão contributos para a recuperação dos Bairros, bem

como o projeto que está a ser desenvolvido em parceria com a Faculdade de Arquitetura de Lisboa para melhor ir caracterizando a Escola Camões.-----

PONTO NÚMERO DOIS-----

APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – 2018 -----

--- Este ponto foi presente para conhecimento. -----

-- A Assembleia tomou conhecimento.-----

-- O deputado **António Mascarenhas (PSD)** apresentou a seguinte intervenção:-----

"O relatório deveria ter sido elaborado até ao final de março (art.º 10.º do regulamento), pretende refletir o grau de observância do respeito pelos direitos e garantias e decorre do princípio constitucional que reconhece às minorias o direito de oposição democrática, através do acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas prosseguidas pelo executivo. Esta bancada não discorda do relatório mas sugere ao executivo que em concreto no caso do Plano Diretor Municipal, suas alterações e planos de intervenção menores como sejam os aplicados às ARU's ou Parque Empresarial, sejam apresentados a esta Assembleia para melhor e completo esclarecimento dos eleitos desta".-----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS – PROPOSTA DE NÃO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS EM 2020, ao abrigo do art.º 4.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto.

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Carlos Matias (BE)**: o qual declarou: *"Dado tratar-se de matéria afim, as apreciações que agora faço reportar-se-ão não só ao ponto 3, em que estamos, mas são aplicáveis por inteiro aos pontos 4, 5 e 6, sobre os quais antecipadamente prescindindo da palavra. -- Como dissemos em anterior sessão da AM, este chamado processo de "descentralização" é desastrado e foi montado para inviabilizar o que realmente faz falta e está na Constituição: uma Regionalização, com autarquias regionais eleitas democraticamente pelos cidadãos. -----*

O Estado Central pretende atirar para cima dos municípios responsabilidades e encargos para as quais não têm nem recursos, como aqui é implicitamente reconhecido.- Curiosamente, numa primeira fase, o município aceitou muito do que vinha num primeiro pacote legislativo. Aí, não detetou nem falta recursos técnicos, nem humanos. Agora, não aceita nada, sem se perceber que avaliação foi feita, em qualquer dos casos.-----

Aparentemente, antes de eleições não conviria mostrar o fiasco da operação gizada por PS e PSD. Eleições passadas já é rejeitada a transferência de novas competências. Menos mal que a maioria, neste caso, mudou para melhor. Portanto, votaremos favoravelmente as propostas, neste ponto e nos 3 pontos seguintes.-----

Em qualquer caso, o Bloco de Esquerda não avalizará qualquer passo de voluntário envolvimento neste processo."-----

--- **António Ferreira (CDU)**: pediu a palavra para dizer que a sua intervenção seria para reafirmar o que disse nos anteriores debates e deliberações sobre a matéria da transferência de competências para as autarquias. Destacou o facto de, numa primeira fase, a câmara ter aceite, sem discussão, todas as competências atribuídas, valorizando agora o facto de se propor a não aceitação de competências nas áreas da educação e da saúde, concluindo que a Câmara se terá apercebido do real impacto da transferência de competências. Sublinhou os encargos associados, por exemplo, à recuperação da escola

secundária, o que leva a considerar ponderada a proposta de não aceitação destas competências, concordando com a posição exposta pelo BE, apelando a que se lute contra esta descentralização, mesmo para além de 2020, em defesa de uma regionalização com meios e dimensão e que envolva os municípios. -----

--- **Rosa Teixeira (CDS)**: comunicou que votaria a favor, bem como dos pontos seguintes, sendo a sua bancada a favor da transferência de competências desde que estas venham munidas de meios financeiros para que os recursos sejam adequados às necessidades.----

--- **Fernando Maurício (PS)**: saudou, em nome da sua bancada, a prudência ao não aceitar estas competências, quer para 2019 quer para 2020, uma vez que se trata de competências que exigem grandes recursos técnicos e financeiros que não parecem ser disponibilizados. Reafirmou que a sua bancada concordará sempre com a atribuição de competências mas de forma consciente e criteriosa, com a condição de estarem reunidas condições efetivas para o seu exercício pelo município. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS-----

--- O ponto número três foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO QUATRO-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE NÃO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS EM 2019 E 2020, ao abrigo do art.º 4.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto. -----

--- Não tendo havido pedido de intervenção por parte de nenhum dos senhores deputados, pois, no ponto anterior ficou explícita a posição das diversas bancadas relativamente aos pontos, quatro, cinco e seis, passou-se, de imediato, à votação dos mesmos. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

--- O ponto número quatro foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO CINCO -----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REGULAR EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES E TRANSPORTE TURÍSTICO DE PASSAGEIROS REGULAR EM VIAS NAVEGÁVEIS INTERIORES – PROPOSTA DE NÃO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS EM 2019 E 2020, ao abrigo do art.º 4.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto. -----

--- Não houve intervenções.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO-----

-- O ponto número cinco foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO SEIS -----
APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS
PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS - SAÚDE - PROPOSTA DE NÃO EXERCÍCIO
DE COMPETÊNCIAS EM 2019 E 2020, ao abrigo do art.º 4.º da Lei 50/2018, de 16
de agosto. -----

--- Não houve intervenções.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

--- O ponto número seis foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO SETE-----

AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS –
REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS, EQUIPAMENTO E
EDIFICADO – BAIRROS SOCIAIS ARU3, ao abrigo da alª c) do n.º 1 do artº 6.º
da Lei nº 08/2012, de 21 de fevereiro.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Miguel (PS)**: O executivo PS levará a cabo uma aposta forte e determinada na reabilitação urbana, tanto de edifícios, como do espaço público. A habitação é um direito fundamental de primeira importância. Constitui a base de uma sociedade estável e coesa, bem como o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições para aceder a outros direitos, como a educação, a saúde, o trabalho ou a realização pessoal. Tendo em vista dar corpo ao seu caderno de encargos eleitoral, procede à reabilitação urbana e do parque habitacional construído como uma das prioridades no apoio social que agora não se encontra esquecido. -----

O que aqui está em causa é dar estrito cumprimento à Lei, quanto à recalendarização do balanceamento dos encargos plurianuais, que passam de 50%-50% em 2019 e 2020, respetivamente, para 15%-85%. Mas queremos que a aposta na reabilitação urbana não se cingirá a estas áreas, antes assumirá uma vocação universal, devendo passar a ser regra. Pelo que louvamos e aprovamos a presente proposta.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

---O ponto número sete foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO OITO-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA MANTER NO ÂMBITO DE
INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO AS COMPETÊNCIAS PASSÍVEIS DE
TRANSFERIR PARA AS FREGUESIAS, ao abrigo do Decreto-Lei 57/2019, de 30
de abril.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

---**António Ferreira (CDU)**: recordou que, ao contrário do que ocorre com a transferência de competências para os municípios, se poderá estar perante a transferência não das autarquias, mas do poder central para as freguesias, dando o exemplo das lojas do cidadão, o que nos colocará perante um problema, o que leva a que vote também contra esta proposta de transferência de competências para as freguesias, quer em 2019 quer em 2020.-----

---**Ezequiel Estrada (Presidente da junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima)**:-----

Deu conta da posição da Junta de Freguesia a que preside, a qual vai ao encontro do que é proposto pela Câmara Municipal. E em resposta à intervenção anterior, explicou que a questão das lojas do cidadão está já resolvida através de um protocolo com a Câmara Municipal, ou seja, já estão a funcionar competências transferidas diretamente do Estado central para as freguesias. De seguida, passou a ler a seguinte declaração aprovada pela Junta de Freguesia a que preside: *A Junta de Freguesia de NSF, no âmbito do protocolo já existente, e assinado em 2014 entre a Junta e a Câmara, entendendo o órgão executivo da freguesia ser uma mais valia para a freguesia adquirir um aspirador elétrico e a contratação de um trabalhador, que se encontra ao serviço já desde 2015. No entendimento com a Câmara Municipal, esta colocou ao serviço da freguesia, para lá do mencionado, mais um aspirador elétrico, tendo assumido esta JFNSF o serviço de supervisão de duas pessoas do quadro de pessoal do município para efetuar serviços de limpeza urbana na área da freguesia, de acordo com o protocolo em referência e cujo registo dos trabalhadores se efetua através de uma unidade de marcação de ponto já existente na sede da freguesia. Mais se refere que, recentemente, se encontra ao serviço da freguesia, um triciclo elétrico cedido pela Câmara Municipal para recolha de lixo de papeleiras e outro. Aguarda-se, em breve, a entrada ao serviço de mais dois trabalhadores para os serviços de limpeza urbana da freguesia, para assim dar continuidade ou aprofundamento de mais transferências, numa perspetiva de aproximar a gestão dos espaços públicos e dos cidadãos. Não obstante o referido, importa salientar que a manutenção dos jardins e espaços verdes, corte de ervas, aplicação de herbicidas nos espaços públicos da freguesia continuam da responsabilidade direta da Câmara Municipal, ou seja, já nos antecipámos a parte das competências previstas, desde 2015, num processo gradual a que daremos continuidade.* -----

--- **Rui Maurício (Presidente da Junta de Freguesia de São João Batista):** Quis destacar o facto de o documento lido pelo Presidente da JFNSF, Ezequiel Estrada, ter resultado de uma reunião de trabalho em que estiveram presentes os dois presidentes das Juntas de Freguesia e o executivo camarário, reforçando a ideia de que a lei é explícita sobre o processo e que, no caso das lojas do cidadão, as mesmas se encontram já a funcionar em ambas as freguesias. Afirmou a concordância da sua Junta de Freguesia com a proposta em manter no município, as competências passíveis de ser transferidas para as freguesias, reconhecendo tratar-se de um processo dinâmico que, caso a caso, ano a ano, poderá sempre revisto e atualizado, considerando que, em momento oportuno, a Junta de Freguesia certamente virá a assumir algumas destas competências. Salientou que, se, por um lado, a transferência agora proposta implicaria recursos financeiros incompatíveis pelo orçamento da freguesia, por outro lado, significava uma duplicação de recursos e meios. -----

--- **Ricardo Antunes (PS):** dirigindo-se ao deputado António Ferreira esclareceu que as competências a transferir são dos municípios para as freguesias, nos termos do Decreto-Lei 57/2019; esclareceu ainda que quem tem que aceitar ou não as competências são as freguesias; no entanto, segundo o decreto-lei em causa, a Assembleia Municipal poderá decidir manter as competências, no todo ou em parte, no âmbito dos municípios. Por outro lado, recordou ainda que, segundo a lei 50/2019, se estabelece como critério base do processo o não aumento da despesa. Concluiu, considerando ponderada a proposta da Câmara de não transferir, de momento, as competências para as freguesias, as quais terão sempre uma palavra a dizer, no pressuposto de um diálogo entre as partes, como vem sendo feito. Mais ainda, referiu que as competências, por setor, terão que ser transferidas na totalidade (caráter universal) e não parcialmente. -----

Carlos Matias (BE): pediu a palavra para questionar os senhores presidentes das Juntas de Freguesia, se a posição por eles manifestada fora debatida nas assembleias das freguesias. -----

---**Ezequiel Estrada (Presidente da junta de freguesia de Nossa Senhora de Fátima)**:

Em resposta, referiu que o decreto-lei se refere ao órgão executivo, as juntas de freguesia. No entanto, o assunto será ainda debatido pela Assembleia de Freguesia, para posterior comunicação à DGAL da respetiva decisão, ou seja, uma decisão não conflituosa com a outra, uma vez que a Assembleia de Freguesia apenas terá que comunicar à DGAL para que, caso as competências fossem assumidas pela freguesia, pudesse aquele organismo desviar verbas do orçamento da Câmara para a Freguesia. -----

--- **Rui Maurício (Presidente da Junta de Freguesia de São João Batista)** interveio também para recordar o ponto do decreto-lei segundo o qual não é obrigatório levar o assunto à Assembleia de Freguesia. Contudo assegurou também que o fará já na próxima sessão desta (no dia seguinte).-----

---**António Ferreira (CDU)**: tomou a palavra para afirmar que, do seu ponto de vista, não haverá contradição com a posição da bancada do PS, no que refere à transferência de competências das câmaras para as freguesias, as quais decorrerão do diálogo entre as partes, com a condição da disponibilização dos meios adequados. Do seu ponto de vista, o problema estará na forma como a lei impõe, ou seja, sem os devidos meios. Consequentemente, entende, tudo deverá ser feito para que a lei acabe e não se aplique.-

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO -----

--- O ponto número oito foi aprovado por maioria, sendo dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto contra da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- O deputado **António Ferreira (CDU)** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“1. A Lei da transferência de competências para as autarquias (50/2018) e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (51/2018), aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.-----

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no acto de promulgação, o Presidente da República referenciou: ----

- I. - a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;-----
- II. - o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado; -----
- III. - a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais; -----
- IV. - a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência imediata no rigor das finanças públicas; -----
- V. - o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas. -----

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adoptadas na Lei. -----

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local. -----

2. O carácter atribiliário que rodeou o processo que conduziu à lei 50/2018, a começar nas incongruências do texto da Lei, teve expressão no próprio debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2019 no qual foram rejeitadas propostas essenciais à concretização da transferência de competências. Não deixa de ser significativo que o artigo da proposta de Lei sobre o Fundo Financeiro de Descentralização que remetia (abusiva e ilegalmente, sublinhe-se) para diplomas do Governo a afectação dos meios financeiros tenha sido eliminado. A eliminação deste artigo, traduzindo de forma clara a rejeição da Assembleia da República à pretensão do Governo de decidir dos montantes a transferir para o exercício das competências, só pode ser lido como um impedimento de facto à sua concretização em 2019. Para lá das razões mais substanciais quanto ao conteúdo e natureza do processo, este facto só por si justifica que o município rejeite responsabilidades relativamente às quais não há qualquer garantia legal de virem acompanhadas de meios financeiros.-----

3. A lei 50/2018 prevê que os termos concretos da transferência em cada área resultarão de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros. -----
Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos: -----

- Até 15 de Setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019; -----
- Até 30 de Junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020. -----

A partir de 1 de Janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências. Vários municípios deliberaram atempadamente nos termos previstos na Lei, aliás os únicos em vigor. As pressões então dirigidas sobre as autarquias, invocando interpretações abusivas da legislação ou dando como inútil as deliberações que a própria Lei estabelecia levou a que muitos municípios, mesmo os que afirmavam discordância com a transferência de competência se acomodaram à operação desencadeada pelo MAI, tivessem decidido não se pronunciar. -----

4. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assumpção a partir de 1 de Janeiro de 2019, das novas competências.-----

A decisão deste município, em Setembro de 2018, de não ter levado em linha de conta o que consagra a Lei 50/2018 (a única em vigor), clara e imperativamente, sobre o processo de transferência de competências e as condições para o seu exercício, e posteriormente aquando da pronúncia de cada um dos decretos de lei, não os ter rejeitado todos, só tendo rejeitado algumas transferência de competências, expôs a autarquia a decisões que podem lesar os interesses do município e das populações. -----

Assim, a CDU nesta Assembleia Municipal, rejeitou a assumpção, em 2019 e em 2020, de todas as competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais, tendo votado contra em todos. -----

Numa luta que só agora começou, continuaremos a reclamar: -----

- o FIM DESTES PROCESSO de transferência de competências;-----
- o INÍCIO DE UM PROCESSO SÉRIO DE DESCENTRALIZAÇÃO inseparável da consideração da criação das regiões administrativas; -----
- a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações; -----
- o encetar de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, requisitos indispensáveis para o exercício pleno daquelas que são hoje as atribuições do poder local e as competências dos seus órgãos; -----
- a identificação no domínio da transferência de novas competências, das que se adequam ao nível municipal, não comprometem direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o actual processo institucionaliza.-----

A CDU continuará a defender o actual Poder Local Democrática, uma das maiores conquistas do 25 de Abril, das investidas de reconfiguração que visam a liquidação da autonomia democrática das autarquias.” -----

PONTO NÚMERO NOVE-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ABERTURA DE CONCURSO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2019/2020, ao abrigo da alª c) do n.º 1 do artº 6.º da Lei nº 08/2012, de 21 de Fevereiro-----

--- Não tendo havido pedidos de intervenção, passou-se, de imediato, à votação:-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE -----

---O ponto número nove foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO DEZ-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO PARQUE EMPRESARIAL DO ENTRONCAMENTO, ao abrigo da alª g) do n.º 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções: -----

--- **António Mascarenhas (PSD)**: Interrogou sobre o conceito de parque empresarial, se será diferente de Zona Industrial, uma vez que da leitura do regulamento parece ser destinado ao mesmo.-----

--- **Carlos Matias (BE)**: tendo lido a seguinte declaração: “*Votaremos favoravelmente as alterações propostas. Chamo a particular atenção para a formulação da alínea a) do artigo 3.º. “Artigo 3.º- Parque empresarial do Entroncamento – Área territorialmente delimitada, da qual fazem parte diversas parcelas destinadas a atividades económicas, cuja atividade possa alavancar toda uma estratégia de desenvolvimento local e regional, promovendo a atratividade económica do concelho.*”-----

Portanto, a recente decisão de permitir a instalação de uma discoteca na Zona industrial, oportunamente rebatizada de Parque Empresarial, ficamos então a saber que a atividade da discoteca será uma das que ir” alavancar toda uma estratégia de desenvolvimento

local e regional, promovendo a atratividade económica do concelho”. Agora, perante a nova formulação do Artigo 3º, ficamos expectantes quanto a “todo o desenvolvimento local e regional” que advirá da discoteca.”-----

--- **Ricardo Antunes (PS)**: em resposta à intervenção anterior, recordou que também deveria ter sido lido o artigo 5.º do referido Regulamento, o qual elenca todo um conjunto de atividades possíveis previstas para o parque empresarial. -----

--- **António Ferreira (CDU)**: revelou alguma perplexidade pela localização num mesmo espaço de atividades de natureza tão diversa como armazéns, indústrias e comércio, por exemplo. Por outro lado, colocou o problema da inexistência na zona de esgotos municipais, o que, do seu ponto de vista, para lá do Regulamento, implicará um grande investimento em termos de infraestruturas, sem as quais, disse, «talvez uma discoteca vá para lá». -----

--- De seguida, após um comentário do deputado Carlos Matias (BE) solicitando à bancada do PS respeito pelas opiniões emitidas pela sua bancada, o senhor Presidente da Câmara prestou o seguinte esclarecimento, relativamente à questão colocada pelo deputado António Mascarenhas (PSD), procurando assim explicar qual a estratégia diferenciadora do parque empresarial em debate, relativamente às zonas industriais; assim, este espaço é agora denominado Parque Empresarial para que não haja limitação relativamente às atividades ali desenvolvidas. Trata-se de um parque empresarial para instalar empresas, atividade económica, criar emprego e valor para a cidade, tirando partido da nossa localização geográfica e da ligação à ferrovia. As empresas a instalar-se, terão que cumprir as regras estabelecidas, o que implicará a obrigação do tratamento dos resíduos sólidos ou líquidos para que possam entrar na rede de saneamento devidamente tratados. Destacou ainda o facto de tratar de uma zona com lotes de maior dimensão, sendo todos maiores que os das duas zonas industriais, o qual ficará dotado de avançadas infraestruturas tecnológicas, como fibra ótica, gás natural, energia em média e baixa tensão e também uma linha ferroviária para ligação ao parque logístico ou mesmo à linha do norte. Explicou ainda que, ao contrário do que foi feito na Zona Industrial, os lotes não irão ser vendidos, mas cedido o direito de superfície. Estes vão ser arrendados mediante determinado valor anual, por um período até 75 anos, prorrogável por igual período, sendo que uma pequena percentagem (10%) será receita das Infraestruturas de Portugal e os restantes 9% para a Câmara. Acrescentou ainda haver a perspectiva de muitos dos negócios a instalar virem a ser potenciadores dos Caminhos de Ferro, como fornecedores ou como clientes. E concluiu, reconhecendo que, felizmente temos vindo a conseguir esgotar todos os espaços desocupados, alguns dos quais há muitos anos.-----

--- **António Rodrigues (PS)**: relativamente à questão colocada sobre a abertura de uma discoteca naquela zona, recordou terem existido nos anos oitenta e noventa do século passado, duas discotecas no Entroncamento, lamentando nunca mais ter existido uma discoteca na cidade, perguntando a quem criticou a ideia, se proporiam a sua colocação numa zona residencial, considerando, assim, mais correta a opção agora criticada, ou seja a possibilidade de existir num parque empresarial um espaço de dança, numa zona fora das áreas residenciais. Concluiu, afirmando considerar útil para os jovens e seniores a abertura de uma discoteca na cidade. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ -----

---- O ponto número dez foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- Nesta altura, decorridas as três horas previstas para a sessão e quando eram vinte e quatro horas, o Presidente da Assembleia Municipal questionou se os deputados municipais estariam de acordo que a sessão continuasse, tendo sido decidido dar continuidade e concluir os trabalhos. -----

PONTO NÚMERO ONZE-----

AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ESTABILIZAÇÃO DAS MARGENS DO BONITO, ao abrigo da alª c) do n.º 1 do artº 6.º da Lei nº 08/2012, de 21 de fevereiro-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções: -----

--- **Manuel Martins (PS)**: começou por afirmar tratar-se de uma intervenção muito necessária, a qual deveria ter sido feita há mais tempo, estranhando que uma obra tão recente já evidencie tantos problemas o que, do seu ponto de vista, leva a concluir que a política do executivo que elaborou a obra a tenha feito tão à pressa para a utilizar como trunfo eleitoral, para lá de se terem adotado opções técnicas incorretas. Invocou ainda a questão colocada pelo BE da localização de uma discoteca no parque empresarial, estranhando que o mesmo partido não se tenha insurgido com a colocação de um clube motard num parque natural. -----

--**Manuel Faria (PSD)**: interveio para recordar, em resposta à intervenção anterior que o estado em que se encontra aquele espaço no Bonito se deve antes à falta de manutenção nos últimos anos.-----

---**Ricardo Antunes (PS)**: chamou a atenção para o facto de a erosão não ser um processo novo e que a avançada deterioração de alguns pontos se deve à não aplicação de técnicas adequadas, no momento da sua construção. -----

--- **Carlos Silva (PSD)**: Lembrou que as obras então realizadas, foram feitas por técnicos, não sendo agora razoável atribuir a responsabilidade pela qualidade técnica ao então Presidente da Câmara Jaime Ramos e que apontar as eleições à época como motivo para aquele empreendimento ter sido efetuado, leva a que também hoje se poderá dar como motivo, para as obras de conservação a serem realizadas agora, as eleições que se avizinham.-----

---**Rosa Teixeira (CDS)**: interveio, de seguida, fazendo a seguinte declaração: «Saudamos a proposta que negociamos com o executivo aquando da discussão do orçamento. É uma obra necessária que vai contribuir para uma melhor qualidade de vida dos nossos cidadãos.»-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE-----

--- O ponto número onze foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO DOZE-----

AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – RUA ENG. FERREIRA DE MESQUITA, TRAVESSA DO CAIS, RUA 1.º DE MAIO E PRACA DAS TÍLIAS, ao abrigo da alª c) do n.º 1 do artº 6.º da Lei nº 08/2012, de 21 de fevereiro-----

-- Não tendo havido pedidos de intervenção, passou-se, de imediato, à votação:-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOZE-----

-- O ponto número doze foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação

Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO TREZE-----

DESIGNAÇÃO DE ELEITO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO DE TODO O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ANÁLISE DE PROPOSTAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO, de acordo com o artº 12º do Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Entroncamento.-----

---Por indicação do Presidente a Assembleia, foi entregue a cada deputado um boletim com os nomes de todos os membros da Assembleia, de modo que, por voto secreto, pudesse ser eleito um representante da Assembleia Municipal no acompanhamento do processo relativo ao orçamento participativo do município. -----

--- Seguiram-se as seguintes intervenções: -----

--- **António Mascarenhas (PSD)**: Salientou que, mais uma vez, o entendimento da sua bancada é de que designação não é eleição pelo que, tratando-se a forma de designação um caso omissivo ou de dúvida, uma vez que não consta do Regulamento a forma como se designa, deveria ser tratado nos termos do art.º 17º do Regulamento do orçamento participativo, ou seja, por deliberação da Câmara Municipal. -----

--- **Ricardo Antunes (PS)**: pediu a palavra para reafirmar que, é comum, que seja através do voto que os órgãos colegiais se pronunciem quando se trata de indicar ou designar alguém. Ou seja, para um órgão colegial indicar alguém para o representar só poderá ser feito pelo voto, estranhando-se que se volte a levantar este tipo de dúvida por parte do PSD. E concluiu, solicitando às restantes bancadas que se pronunciassem sobre a questão levantada pela bancada do PSD. -----

--- Nesta altura, o Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos deputados municipais se queriam indicar alguém. O deputado **Ricardo Antunes (PS)** propôs o nome de Manuel Martins (PS) para o efeito. Não tendo sido proposto qualquer outro nome, passou-se então a votação secreta, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

-Um voto nulo; -----

--Nove votos brancos; -----

--Treze votos a favor de Manuel Martins.-----

---Assim, ficou designado, com treze votos a favor, o deputado municipal Manuel Martins (PS) para acompanhar o processo de análise de propostas do Orçamento Participativo do Município do Entroncamento. -----

PONTO NÚMERO CATORZE-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA INVESTIMENTO - AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO ATÉ 338.000 € PARA FINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMO COMPARTICIPADO, ao abrigo da alª f) do n.º 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal, em conformidade com a documentação emanada do município e previamente entregue a todos os senhores deputados, introduziu o ponto esclarecendo ser proposta a aprovação de um empréstimo, bem como das respetivas condições (prazo, período de carência, indexante, reembolso, pagamento de juros), destinado a financiar investimentos do município relativos à seguinte empreitada de obras comparticipadas: requalificação do Espaço Público - Rua Eng. Ferreira Mesquita, Travessa do Cais, Rua 1º de Maio e Praça das Tílias e Requalificação Urbana do Espaço Público Bairros Sociais ARU 3, sendo o valor estimado das empreitadas de

2.397.244,66 euros e o valor do empréstimo de 338.000,00 euros, nos termos do artigo 51.º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013 de 3/9, alterada/republicada pela Lei Nº 51/2018 de 16/08). Na autorização para a contratação deste empréstimo está implícita ainda a autorização para a **assunção dos compromissos plurianuais** nos termos da **alínea c) do nº 1 do artigo 6 da Lei Nº 8/2012 de 21 fevereiro** e a autorização para o desenvolvimento destes **investimentos** nos termos do **nº 2 do art.º 51 da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro**. Recordou ainda ter sido esta proposta aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal. -----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Carlos Silva (PSD)**: Começou por indicar que a sua bancada votará a favor deste ponto e do seguinte. De seguida, confrontou o deputado Manuel Martins sobre o significado da sua dívida relativa ao crédito obtido junto da banca para o pagamento da sua habitação, com o objetivo de lembrar o PS, que estando sempre a falar da dívida deixada pelo executivo do Presidente Jaime Ramos, não deverá confundir dívida com investimento. Do seu ponto de vista, explicou, o investimento não deve ser interpretado como dívida porque então daqui a alguns anos ouviríamos os mesmos eleitos do PS a criticar a dívida do Presidente Jorge Faria uma vez que os empréstimos cuja autorização está a ser pedida, ainda estarão a ser pagos até perfazer os 20 anos do prazo. Concluiu, contestando a ideia de pesada dívida herdada do executivo do PSD porque nunca fora deixada qualquer prestação por pagar, quando devida. -----

--- **Ricardo Antunes (PS)**: Em resposta à intervenção anterior, referiu que se a dívida assumida for de tal ordem que leve a atrasar os pagamentos a fornecedores a prazo, deixará de ter quem empreste dinheiro. Recordou que o sobre-endividamento de quase dezasseis milhões de dívida, totalmente insustentável, não levou a atrasos no pagamento aos bancos, o que implicaria um agravamento dos juros, mas grandes atrasos no pagamento a empresários, que chegaram a receber a mais de um ano, bem como execuções financeiras abaixo dos cinquenta por cento. Concluiu, lembrando que ao falar em responsabilidade se deve ser assegurar que a Câmara é «uma pessoa de bem».-----

--- **Manuel Martins (PS)**: interveio apenas para recordar que, apesar destes empréstimos e da penalização pelas obras da Escola Dr. Ruy d'Andrade, a dívida do município continua a diminuir, ao ritmo de um milhão ao ano, realçando assim o caráter sério e rigoroso da atual gestão. -----

--- **António Miguel (PS)**: ainda em relação aos argumentos e ao conceito de investimento/dívida apresentado pelo deputado Carlos Silva (PSD), recordou que o problema da gestão do anterior Presidente era o facto de o município se encontrar à beira de uma falência técnica que obrigou a recorrer ao PAEL e obrigou a reduzir o apoio às associações. Recordou ainda que os empréstimos agora em debate pretendem melhorar as condições de vida da cidade, assente numa gestão de excelência, criteriosa e rigorosa. --

- **António Ferreira (CDU)**: destacou que todos os investimentos são agora aprovados como o foram no passado pela Assembleia Municipal, salientando que, no passado, era comum gerar dívida elevada com grandes implicações no futuro por câmaras do PS e do PSD. -----

--- **Carlos Silva (PSD)**: questionou o senhor Presidente da Câmara sobre os limites de endividamento do município, após a contração dos empréstimos agora a aprovar.-----

--- Em resposta, o Presidente Jorge Faria esclareceu que se mantém como compromisso a ideia de ir reduzindo gradualmente a dívida até um valor entre os quatro e os seis milhões, valor que considera sustentável e equilibrado; assim, todos os empréstimos nunca poderão comprometer este compromisso de redução gradual do passivo. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CATORZE-----

-- O ponto número catorze foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO QUINZE-----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA INVESTIMENTO - AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO ATÉ 685.335 € PARA FINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMO NÃO COMPARTICIPADO, ao abrigo da al^a f) do n.º 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal, em conformidade com a documentação emanada do município e previamente entregue a todos os senhores deputados, introduziu o ponto esclarecendo ser submetida à votação a aprovação de um empréstimo, bem como das respetivas condições (prazo, período de carência, indexante, reembolso, pagamento de juros), destinado a financiar investimentos do município relativos à seguinte empreitada de obras comparticipadas: Consolidação das Margens do Bonito (valor estimado da empreitada - 280.715,00 euros, valor do empréstimo - 280.715,00 euros), Pavimentações - Construção da Adutora (valor estimado da empreitada 150.000,00 euros, valor do empréstimo - 150.000,00 euros), CM 1179 – Riachos (valor estimado da empreitada -134.620,00 euros, valor do empréstimo - 134.620,00 euros), Pista de Atletismo – Pavimento (valor estimado da empreitada 120.000,00 euros, valor do empréstimo - 120.000,00 euros), nos termos do artigo 51.º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013 de 3/9, alterada/republicada pela Lei Nº 51/2018 de 16/08). Na autorização para a contratação deste empréstimo está implícita ainda a autorização para a **assunção dos compromissos plurianuais** nos termos da **alínea c) do nº 1 do artigo 6 da Lei Nº 8/2012 de 21 fevereiro** e a autorização para o desenvolvimento destes **investimentos** nos termos do **nº 2 do art.º 51 da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro**. Recordou ainda ter sido esta proposta aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal. -----

--- Não tendo havido pedidos de intervenção, passou-se, de imediato, à votação:-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUINZE-----

--- O ponto número quinze foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quarenta minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezanove.-----

--- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: